

FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE

**FÓRUM
CIENTÍFICO
E EXTENSÃO
2024**

**TEMA: HABILIDADES SOCIAIS
PARA O FUTURO.**

ANAIIS

**ARAGUAÍNA/TO
2024**

**DIRETOR ACADÊMICO
SUPERVISÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO E
INICIAÇÃO CIENTÍFICA-NEIC**

Pe. Edson de Oliveira da Silva

**COMITÊ ORGANIZADOR DO FÓRUM CIENTÍFICO
E EXTENSÃO**

Deusamara Dias Barros Vaz
Maciana Ferreira
Guilherme de Sousa Marques
Maicon Rodrigo Tauchert
Angelica de Sousa
Lúcia Maria Barbosa do Nascimento

COMISSÃO AVALIADORA DE TRABALHOS

Haleks Marques Silva
Lúcia Maria Barbosa do Nascimento

**ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS DO FÓRUM
CIENTÍFICO E EXTENSÃO**

Lúcia Maria Barbosa do Nascimento

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
BIBLIOTECÁRIO**

Eduardo Ferreira da Silva - CRB-2/1257

No contexto atual, em que a inteligência artificial ocupa um lugar de destaque e transforma diversas áreas do conhecimento, torna-se essencial promover o fortalecimento das habilidades sociais. Esse objetivo é alcançado por meio de diálogos e reflexões em espaços como o I Fórum Científico e Extensão. Com essa perspectiva, a Faculdade Católica Dom Orione realiza mais uma edição do Fórum Científico e, de forma inédita, a primeira edição do Fórum de Extensão, dedicados à propagação da produção intelectual e às ações extensionistas dos estudantes voltadas para a sociedade local e seus desdobramentos.

Refletir sobre as habilidades sociais para o futuro, em um ambiente científico e extensionista, significa integrar as demandas da sociedade à prática acadêmica, alinhando-as aos objetivos pedagógicos da instituição. Essa abordagem confere relevância e significado à formação profissional, capacitando as gerações atuais e futuras a lidarem com os desafios de um mundo em constante transformação, no qual a interação humana qualificada é cada vez mais valorizada.

Voltado a estudantes de graduação e pós-graduação, internos e externos à instituição, o Fórum Científico e Extensão é uma iniciativa acadêmica institucional que incentiva a divulgação de estudos e pesquisas nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. O evento proporciona um ambiente enriquecedor para a criação de redes colaborativas e parcerias acadêmicas, promovendo a troca de saberes e experiências entre pesquisadores, estudantes e profissionais.

Dessa forma, preparar os estudantes para o futuro requer uma formação que integre competências interpessoais e profissionais, promovendo uma abordagem adaptativa, ética e inovadora. O I Fórum Científico e Extensão reafirma o compromisso da Faculdade Católica Dom Orione com a excelência acadêmica e com o desenvolvimento integral do ser humano, unindo ciência, prática e reflexão crítica como pilares de uma educação transformadora.

DIA 25/10 - AUDITÓRIO REMÍGIO CORAZZA

19H - MOMENTO CULTURAL

19:20 ABERTURA

19:30 - CASOS DE AÇÕES SOCIAIS

**20H - NOVOS HORIZONTES: AÇÕES
AFIRMATIVAS, INCLUSÃO E A FORMAÇÃO
DE COMPETÊNCIAS PARA O FUTURO**
SÁVIO BARROS SOUSA

DIA 26/10

08H - APRESENTAÇÕES DE TRABALHOS - 36F

**A PARTIR DAS 08H30 - MINICURSO
HABILIDADES SOCIAIS PARA O FUTURO.**
MAURO GAGLIETTI - **SALA 33F**

**ANAIS DO I FÓRUM
CIENTÍFICO E EXTENSÃO
26 OUTUBRO 2024**

**RESUMOS
PESQUISAS**

ESCOLHENDO QUEM VIVE: COMO O DIREITO BRASILEIRO PODE REGULAR A REPRODUÇÃO ASSISTIDA POR FERTILIZAÇÃO IN VITRO (FIV) COM DIAGNÓSTICO GENÉTICO PRÉ-IMPLANTE (DGP)?

Igor Thawan[1]

Nádia Regina Stefanine[2]

RESUMO

Considerando as implicações jurídico-bioéticas da reprodução assistida entre seres humanos, objetiva-se analisar a regulação dessa prática no Direito brasileiro. Para tanto, procede-se ao estudo de um caso hipotético envolvendo um casal que, após múltiplas tentativas malsucedidas de concepção, opta pela fertilização in vitro (FIV) com diagnóstico genético pré-implantacional (DGP). Desse modo, observa-se a ambiguidade das leis brasileiras sobre o tema, os aspectos fáticos da personalidade dos embriões e uma doutrina alternativa à prevalente sobre personalidade jurídica no Direito civil brasileiro. O que permite concluir que é possível propor uma solução legal e bioética coerente para a situação apresentada.

Palavras-Chave: Bioética e Direito brasileiro. Reprodução assistida. Fertilização in vitro. Doutrina personalista.

[1] Graduação em Relações Internacionais - Centro Universitário de Brasília (CEUB) em 2020. Graduando do Curso de Direito pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), em Araguaína - TO. Atua como assessor para assuntos de relações internacionais no Município de Araguaína. Escreve e revisa ensaios publicados no periódico impresso Revista Valete. Voluntário no projeto Livro Amarelo, pesquisa em grupo sobre tópicos de governo, com temas relacionados a política externa brasileira, revisa textos sobre segurança pública e economia.

[2] Mestre em Ciência Animal Tropical - Patologia Animal Aplicada às Doenças Parasitárias e Infecciosas pela Universidade Federal do Tocantins (2013). Graduação em Medicina Veterinária - Fundação Universidade Federal do Tocantins (2001). Atualmente é professora do curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione e curso de Medicina do Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC e do curso de Medicina da UNITINS.

A NECESSIDADE DE REFORMAR O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, COM ENFOQUE NA RESSOCIALIZAÇÃO

Alana do Carmo Nascimento[1]

Isabela Alves Costa[2]

Lucas Pereira Reis[3]

Ítalo Danyel Amorim Gonçalves dos Santos[4]

RESUMO

Considerando a necessidade de reformar o sistema carcerário brasileiro com enfoque na ressocialização, objetiva-se analisar os efeitos dessa prática na ordem estatal, na sociedade civil e na vida do reeducando, verificando sua influência na reincidência criminal. Para tanto, procede-se a uma pesquisa bibliográfica e a um levantamento de dados sobre o sistema carcerário brasileiro, abrangendo desde suas origens históricas até a situação atual. Desse modo, observa-se que a problemática do sistema prisional vai além do âmbito estatal, pois uma reforma efetiva pautada na ressocialização requer a participação ativa da sociedade, o que permite concluir que a ressocialização é um imperativo ético e social, capaz de reduzir a reincidência criminal e promover uma sociedade mais justa e segura, desde que sustentada por políticas que integrem educação, trabalho e assistência psicossocial.

Palavras-Chave: Sistema carcerário. Ressocialização. Garantias e Direitos.

[1] Graduanda em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione.

[2] Graduanda em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione.

[3] Graduando em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione.

[4] Mestre pelo Programa Interdisciplinar de Cultura e Território pela Universidade do Norte do Tocantins - PPGCULT-UFNT. Docente da Faculdade Católica Dom Orione.

REFLEXÃO SOBRE O ROMANCE POLICIAL COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM PARA JOVENS LEITORES

Daise Alves[1]

Andrea Martins Lameirão Mateus[2]

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira[3]

RESUMO

Considerando a relevância da literatura criminal na formação de leitores, objetiva-se analisar a contribuição da série *Lupin*, lançada pela Netflix em 2021, para o desenvolvimento de jovens leitores. Para tanto, procede-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, complementada pela análise da série nos aspectos de cultura digital, multiletramentos e novos letramentos. Desse modo, observa-se que a literatura criminal estimula o conhecimento de gêneros literários, a análise de elementos narrativos e a criticidade dos jovens, promovendo aprendizagens múltiplas e diversificadas. A análise revelou que a série *Lupin*, ao transpor a literatura clássica de Maurice Leblanc para um formato audiovisual contemporâneo, possibilita conexões entre o passado e o presente, fomentando o interesse dos jovens por narrativas históricas e culturais. A abordagem criminal, por sua vez, desperta o senso investigativo e incentiva a reflexão sobre questões éticas, sociais e culturais. Verificou-se também que atividades de ensino-aprendizagem inspiradas na série promovem um envolvimento mais ativo dos estudantes, que passam a associar a leitura literária ao prazer e ao aprendizado, em vez de vê-la apenas como uma obrigação escolar, o que permite concluir que a leitura baseada na série *Lupin* favorece a formação de leitores críticos, com maior senso de justiça e cidadania, transformando a experiência literária em uma fonte de prazer e aprendizado significativo.

Palavras-Chave. Aprendizagem. Gênero Policial. Leitura.

[1]Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura - UFNT.

[2]Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura - UFNT.

[3]Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura - UFNT.

DECISÕES JUDICIAIS: E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE

Isla Pereira Lima[1]

Lilian Fonseca Fernandes[2]

RESUMO

Considerando a aplicabilidade do princípio da efetividade nas decisões judiciais, objetiva-se delimitar os principais conceitos relacionados aos atos processuais, abordando sua definição, requisitos e implicações práticas para as partes e para o juiz sob a perspectiva da efetividade processual. Para tanto, realiza-se uma pesquisa teórica e bibliográfica, analisando o Código de Processo Civil de 2015, a Constituição Federal de 1988, doutrinas renomadas e jurisprudências de tribunais superiores, além de artigos acadêmicos. Desse modo, observa-se a importância dos princípios processuais, como celeridade e duração razoável do processo, para garantir a resolução da lide com efetividade, em conformidade com os direitos constitucionais. A análise qualitativa destaca os conceitos centrais, princípios norteadores e aplicações práticas dos atos processuais em diversas etapas do processo civil, o que permite concluir, ainda que de forma preliminar, que o sistema jurídico brasileiro enfrenta desafios significativos em alinhar a grande demanda judicial com decisões efetivas e satisfativas. Espera-se que a pesquisa contribua para o aprimoramento da prática forense ao propor dinâmicas que assegurem a eficácia processual sem violar garantias constitucionais. Além disso, busca-se oferecer subsídios teóricos sólidos para profissionais e acadêmicos, promovendo discussões fundamentadas sobre a efetividade das decisões judiciais no contexto brasileiro.

Palavras-Chave: Efetividade de Atos Processuais. Decisões Judiciais. Celeridade. Direito Processual Civil. Princípios.

[1] Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione.

[2] Mestre pela Universidade Federal do Tocantins- UFT. Graduada em Direito. Advogada. Docente da Faculdade Católica Dom Orione.

PSICOLOGIA DA RELIGIÃO: A DIFICULDADE DE UM TEMA QUE SEGREGA LADOS E PARTIDOS

Haleks Marques Silva[1]

Marcos Augusto de Almeida Leonel[2]

RESUMO

Considerando a relevância da interface entre psicologia e religião e o possível distanciamento dessas temáticas nas formações acadêmicas em psicologia no estado do Tocantins, objetiva-se analisar a presença de disciplinas que relacionem essas áreas nos cursos ofertados no Estado, além de discutir a psicologia da religião como campo válido de estudo. Para tanto, procede-se à realização de pesquisa bibliográfica e análise das matrizes curriculares das Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Psicologia no Tocantins. Desse modo, observa-se que apenas uma das nove instituições analisadas inclui disciplinas que abordem a interface entre psicologia e religião. Esse cenário revela uma lacuna significativa, indicando que a temática ainda é tratada de forma periférica no ensino superior, com pouca ênfase na construção de um diálogo sistemático entre essas áreas, o que permite concluir que é necessária a superação dessa lacuna acadêmica, promovendo maior integração entre psicologia e religião para enriquecer a formação profissional, ampliar a compreensão do fenômeno humano e estimular abordagens mais abrangentes na prática psicológica.

Palavras-chave: Psicologia da Religião. Ciências da Religião. Sociedade e Cultura.

[1] Graduando do Curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione.

[2] Doutor em Educação na Amazônia (UFT). Mestre em Ensino de Língua e Literatura (PPGL), pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Filosofia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino, ISTA\PUC Minas. Teologia pela Università Pontificia Salesiana de Roma, UPS, Itália. Professor da Faculdade Católica Dom Orione.

A EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO ARTIGO 139, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Kauana Eduarda Matias Nobre[1]

Lillian Fonseca Fernandes[2]

RESUMO

Considerando a relação entre a efetividade das decisões judiciais e o cumprimento dessas no âmbito do Direito Processual Civil, com destaque para o artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil de 2015, que concede ao juiz poder discricionário para utilizar medidas atípicas para assegurar o cumprimento das decisões, objetiva-se examinar as consequências desse poder discricionário, identificando excessos e implicações para os direitos das partes. Também se busca verificar o alinhamento das medidas atípicas aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, bem como avaliar a influência desses elementos na legitimidade das decisões judiciais. Para tanto, procede-se à pesquisa qualitativa fundamentada em doutrinas, legislação, jurisprudência e princípios constitucionais, além de revisão bibliográfica de livros e artigos acadêmicos sobre o tema. Desse modo, observa-se que o uso de medidas atípicas envolve riscos de excessos judiciais, mas ainda não se obteve resultados definitivos, uma vez que a pesquisa está em andamento, o que permite concluir que a análise em curso pretende delimitar os limites do poder discricionário judicial, assegurando que as medidas atípicas não comprometam direitos fundamentais e promovam decisões legítimas e efetivas.

Palavras-chave: Medidas executivas. Direitos fundamentais. Coercitivas. Segurança Jurídica. Efetividade.

[1] Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione.

[2] Mestre pela Universidade Federal do Tocantins- UFT. Graduada em Direito. Advogada. Docente da Faculdade Católica Dom Orione.

A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL E BEM ESTAR NO TRABALHO: LEVANTAMENTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS NA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS ELETRÔNICAS - RAEE.

Kariny Nunes Da Silva[1]

Guilherme De Sousa Marques[2]

RESUMO

Considerando a área de gestão de pessoas e o estudo sobre o bem-estar no trabalho, objetiva-se analisar os fatores do clima organizacional que influenciam o bem-estar dos funcionários. A pesquisa busca responder à pergunta: "O clima organizacional influencia no bem-estar dos funcionários das empresas?" Para tanto, procede-se a uma análise das contribuições à teoria do bem-estar no trabalho e do clima organizacional, verificando quais fatores influenciam o bem-estar no trabalho e propondo mecanismos para os gestores contribuírem para o clima organizacional positivo e o bem-estar dos funcionários. Desse modo, observa-se que o clima organizacional tem um impacto significativo no bem-estar dos funcionários, com destaque para a relação entre apoio da chefia, coesão entre colegas e o comprometimento afetivo, o que permite concluir que uma gestão organizacional que prioriza um clima organizacional saudável contribui diretamente para o aumento do bem-estar no trabalho, tornando o ambiente mais favorável para a motivação e satisfação dos funcionários.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Bem-estar no trabalho. Produção científica.

[1] Graduanda do Curso de Administra da Faculdade Católica Dom Orione.

[2] Graduado em Administração. Professor da Faculdade Católica Dom Orione.

SISTEMAS JURÍDICOS EM TRANSFORMAÇÃO: ABORDANDO A ERRADICAÇÃO DA PROBREZA NA ERA DIGITAL

Werisson Dias Barbosa Brandão[1]

Pollyanna Marinho Medeiros Cerewuta[2]

RESUMO

Considerando os sistemas jurídicos em transformação e a erradicação da pobreza na era digital, objetiva-se explorar como o Direito pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e o consumo consciente de recursos tecnológicos. A pesquisa alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, analisando os impactos da globalização e a influência da digitalização nos sistemas jurídicos. Para tanto, procede-se à análise do papel do Direito na promoção da justiça social e no desenvolvimento sustentável, com ênfase na adaptação das legislações às transformações tecnológicas e sociais. Desse modo, observa-se que a globalização tem promovido a harmonização das legislações, mas também impõe desafios, especialmente no que tange à soberania e equidade entre países, particularmente em nações em desenvolvimento. Além disso, observa-se a importância de legislações que assegurem o acesso à tecnologia e proteção de dados, como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, o que permite concluir que a digitalização do processo judicial pode promover maior acessibilidade e eficiência na justiça, superando barreiras como as desigualdades no acesso à tecnologia. Dessa forma, sugere-se que os sistemas jurídicos promovam legislações inclusivas e proteção robusta de dados, ampliando o acesso à justiça e contribuindo para a erradicação da pobreza.

Palavras-chave: Erradicação da pobreza. Desenvolvimento sustentável.

[1] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione.

[2] Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC-GO. Advogada. Professora da Faculdade Católica Dom Orione.

PERTURBAÇÃO DA PAZ E DO SOSSEGO PÚBLICO: TIPOS, MEDIDAS DE PREVENÇÃO E PUNIÇÃO

Maria Daiana Rodrigues da Silva[1]

Fernando Rizério Jayme[2]

RESUMO

Considerando a necessidade de compreender os aspectos jurídicos da perturbação da paz e sossego público no Brasil, objetiva-se analisar os fatores que envolvem a proteção jurídica desse direito, explorando a legislação vigente, doutrina e jurisprudência. Para tanto, procede-se à pesquisa bibliográfica e documental, com estudo de casos julgados no Brasil, para confrontar a legislação e identificar as consequências e medidas preventivas relacionadas à perturbação da paz e sossego público. Desse modo, observa-se que a perturbação, definida como a violação do sossego público, pode resultar em contravenção penal, conforme o artigo 42 da Lei de Contravenções Penais, sendo essencial a proteção desse bem jurídico, o que permite concluir que a conscientização da sociedade sobre os direitos e deveres relacionados a esse tema é fundamental para prevenir tais infrações, promovendo um ambiente mais harmonioso e pacífico.

Palavras-chave: Perturbação da paz. Sossego. Contravenções.

[1] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione.

[2] Graduado em Direito - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Especialização Direito Constitucional e Administrativo - PUC/GOIÁS). Professora da Faculdade Católica Dom Orione.

**ANAIS DO I FÓRUM
CIENTÍFICO E EXTENSÃO
26 OUTUBRO 2024**

PÔSTERES

**PROJETOS DE EXTENSÃO
PRÁTICAS DE ENSINO**

Responsabilidade Penal dos Portadores de Infecções Sexualmente Transmissíveis: Implicações Legais e Éticas

Gabriella Moraes Viana; Marcus Vinicius Coelho da Silva; Elbes Silva de Sousa e James Barbosa

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o aumento da conscientização sobre IST's e a evolução do entendimento jurídico sobre responsabilidade e consentimento têm levado a um debate acirrado sobre a adequação das leis penais nesse contexto. Diante disso, a questão da responsabilidade penal dos portadores de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) é um tema de grande relevância e complexidade, que se encontra na interseção entre o direito penal, a ética médica e a saúde pública, especialmente quando realizada de forma consciente e deliberada, levanta importantes questões sobre até que ponto uma pessoa pode ser considerada criminalmente responsável por seus atos e quais são as implicações éticas dessa responsabilização. O objetivo deste projeto é pesquisar e obter informações relevantes à sociedade, acerca da responsabilidade penal atribuída àqueles que expõem outros indivíduos ao perigo mediante a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Tal empreendimento visa destacar a importância da consciência e do respeito às normas legais que regem a saúde pública e a proteção dos direitos individuais.



Imagem da apresentação do projeto de extensão, em parceria com as enfermeiras da Secretaria de Saúde do município.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica desenvolvida nos campos da saúde e do direito foi realizada através de uma análise detalhada de sites especializados e doutrinas constitucionais. Nesse contexto, realizou-se um aprofundamento bibliográfico da obra da renomada autora Maria Helena Diniz, na qual ela aborda o tema do acesso universal à saúde. Com base nos princípios expostos por Diniz, estabeleceu-se uma relação entre o Direito Penal e a garantia do acesso de todas as pessoas à educação sexual. Trazendo também uma pequena participação na pesquisa de campo, pois ao apresentarmos o trabalho para a escola selecionada, tivemos um levantamento do tamanho do desentendimento e desconhecimento sobre os aspectos jurídicos correlacionados a essas IST's.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo examinou as consequências legais, éticas e de saúde pública da responsabilidade penal dos portadores de doenças sexualmente transmissíveis (IST's). A análise mostrou que há uma ampla gama de práticas internacionais quando se trata de criminalizar a transmissão de IST's. Diante disso, foi estudado de forma ampla o artigo 130 do Código Penal que aborda a prática criminosa de expor alguém ao contágio de doença venérea por meio de relações sexuais ou atos libidinosos, quando o agente sabe estar contaminado. Este ato é passível de detenção de três meses a um ano, além de multa. Alguns países têm leis mais severas, enquanto outros têm leis mais leves ou ausentes. O tema recorrente na análise de casos jurídicos foi a dificuldade de provar a intenção deliberada de transmitir a doença. Isso reflete os desafios enfrentados pelos tribunais. Os problemas relatados pelas profissionais de saúde que estavam em parceria com os juristas (acadêmicos) e juristas foram relacionados principalmente à maneira de equilibrar a proteção da saúde pública com o respeito à confidencialidade e autonomia do paciente. Mostra-se que as políticas de saúde pública que enfatizam a educação, o acesso a testes e o tratamento adequado são mais eficazes, finalizando o trabalho e elucidando por fim as dúvidas de quem ali estava presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a responsabilidade penal dos portadores de doenças sexualmente transmissíveis (IST's) gira em torno de questões particularmente relacionadas com direito, ética e saúde pública. Algumas jurisdições proíbem a divulgação intencional de IST's a parceiros sexuais porque isso pode aumentar o estigma e desencorajar o teste e o tratamento, mas outras proíbem. Alternativamente, são sugeridas estratégias educacionais e de saúde pública para promover a prevenção e a comunicação aberta. Os direitos individuais ainda são um desafio importante neste debate em desenvolvimento, pois é necessário equilibrar a proteção da saúde pública com o respeito pelos direitos individuais.

REFERÊNCIAS

- Paiva, V., & Pupo, L. R. (2002). "Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS: questões jurídicas no Brasil". *Revista de Saúde Pública*, 36(2), 253-258.
- NOVELINO, Marcelo. Manual de direito constitucional. 8ª ed., ver. E atual., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.
- Diniz, M.H., Curso de Direito Civil Brasileiro, v. 5, 2010
- SCHWARTS, Germano. Direito à saúde: efetivação em uma perspectiva sistêmica. Livraria do Advogado Ed., Porto Alegre: 2001.

Na luta contra a fome não pode faltar solidariedade!

Antonio Gabryel; Madielle Camargo; João Guilherme; Leonardo Martins; Geisa Mikely; Hillary Hagata; David Williams.
Faculdade Católica Dom Orione

Relato de Experiência de Projeto de Extensão

Palavras-chave: Fraternidade; Solidariedade; Direitos

INTRODUÇÃO

Este projeto buscou amenizar as necessidades de uma comunidade com dificuldades no acesso a alimentos e condições básicas, como água. Realizamos uma ação social distribuindo marmitas saudáveis, roupas e brinquedos para as crianças. Além disso, contamos com o apoio da Advocacia Samara Vieira, que realizou uma palestra para incentivar os moradores a buscarem seus direitos, destacando a importância de discutir esses temas na sociedade atual. Para a realização ocorreu a divulgação feita em grupo do projeto de extensão pelos corredores da faculdade, bem como anúncios nos murais da instituição solicitando o auxílio dos acadêmicos para a execução do projeto. Iniciamos as divulgações de avisos nos meios digitais como as redes sociais e grupos para solicitar a ajuda de bem feitores para com os alimentos.



OBJETIVOS

O principal objetivo era implantar meios para alcançarmos com o projeto pessoas carentes mediante uma ação social de alimentos promovendo a realização de marmitas, para que essas pessoas possam ter acesso aos seus direitos, bem como pôr em prática a Campanha da Fraternidade de 2024, cujo tema é: Fraternidade e Amizade Social e o seu Lema Vós sois todos irmãos e irmãs.

METODOLOGIA

- Divulgação da arrecadação dos alimentos não perecíveis: de forma presencial com a comunidade e por meio também das redes sociais, internet.
- Arrecadação dos alimentos não perecíveis: buscamos apoio e patrocínio das grandes empresas da cidade para a disponibilização dos alimentos ex: mercado...
- Confeção das refeições: Foi realizado um momento entre o grupo para a divisão das tarefas e para a confeção das marmitas.
- Entrega das refeições/marmita: Realizamos a entrega das marmitas em uma comunidade carente em decisão conjunta com os membros do grupo e durante a entrega foi feita uma roda de conversa sobre os ensinamentos vivenciados nas aulas de mediação e conciliação para abordar um pouco sobre o direito e como essas pessoas poderiam recorrer a ele.

RESULTADOS

Os objetivos foram atendidos ao final do projeto e conseguimos atingir mais pessoas com as marmitas do que o esperado. Foram distribuídas mais de 200 marmitas tanto na comunidade como para os andarilhos do centro da cidade. Nossos feedbacks obtidos pelos beneficiários foram bons e com a realização da ação social fomos convidados a retornar para futuras parcerias com a Assembleia.



execução e divulgação do projeto



CONCLUSÃO

A participação no projeto integrador de entrega de marmitas e doações no Setor Sul foi extremamente gratificante. O projeto ressaltou a importância de garantir direitos básicos, como a alimentação, e trouxe aprendizado sobre a realidade socioeconômica das comunidades carentes. Além da ajuda material, a iniciativa promoveu a conscientização sobre direitos fundamentais, preparando os participantes para se tornarem profissionais mais empáticos e aptos a defender os direitos da população.

REFERÊNCIAS

Declaração Universal dos Direitos Humanos | As Nações Unidas no Brasil brasil.un.org
Campanha da fraternidade 2023 - Pesquisa Google www.google.com
DÉCADA SAN.pdf www.mds.gov.br
3 Pacto nacional quer erradicar a fome no Brasil até 2030 | Radioplúncia Nacional agenciabrasil.ebc.com.br

Relato de Ensino: INVESTIGAÇÃO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

BLISSA GONÇALVES DE SOUSA; GABRYELA RODRIGUES MARTINS; JAKELINE RODRIGUES GUIMARÃES;
LAURA MARIA FIGUEIRA SOUZA E LÍVIA CRISTINA C. B. BRANDÃO.
Professora/Orientadora: KARLA BEATRIZ HORTOLANI RODRIGUES HASHIMOTO.

FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE

DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS (VILA BOA VISTA – PIÇARRA/PARÁ)

Palavras-chave: crime ambiental; meio ambiente; saúde pública; biodiversidade; conscientização.

INTRODUÇÃO

O trabalho exposto a seguir traz à tona fotos da cidade de Boa Vista – PA, na qual tem de maneira exposta um lixo a céu aberto, trazendo inúmeros malefícios a sociedade.

A finalidade deste trabalho é expor esse crime ambiental e analisar os diversos prejuízos que uma situação dessa natureza pode causar à comunidade local.



OBJETIVOS

O objetivo desse estudo é evidenciar e denunciar os danos que o lixo a céu aberto traz ao meio ambiente, a sociedade local e as atividades comuns dessa população.

Como a contaminação do solo e da água, poluição do ar, perda da biodiversidade, degradação do solo, problemas de saúde da comunidade local, diminuição da qualidade de vida, desvalorização de imóveis, entre tantos outros localizados naquela região e nas áreas rurais próximas a margem do rio Araguaia.

Trazendo um modo de intervenção claro para melhoria da situação da população local.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho foi pesquisa de campo na Vila Boa Vista, localizada na cidade de Piçarra - PA.

RESULTADOS

O lixo a céu aberto aumenta a proliferação de vetores de doenças, o risco de vida da população, afeta a biodiversidade na região, a fauna aquática e a floresta ribeirinha devido à proximidade do Rio Araguaia, prejudicando as atividades de pesca local e desvalorizando os imóveis ali presentes. Uma área que atualmente sofre com a seca e com a degradação.



CONCLUSÃO

Como modo de intervenção, propõe-se a implementação de coleta seletiva, como a disponibilização de contêineres específicos para cada tipo de resíduo (orgânico, reciclável e não reciclável) em pontos estratégicos da cidade. Programas de conscientização que tal situação pode trazer e o tratamento adequado aos resíduos ali despejados.

Dentro do tratamento deve ser construído aterros sanitários e compostagem de resíduos orgânicos, transformando em adubo para agricultura e reduzindo o volume de lixo enviado aos aterros.

A fiscalização e o monitoramento para coibir o descarte irregular e o monitoramento da qualidade de água.

Recuperando a área degradada e implementando projetos de remediação do solo contaminado, recuperando assim a vegetação local.

REFERÊNCIAS

“Lixo: Cenário e Desafios” – Tania Regina de Luca.

Este livro oferece uma análise ampla sobre a gestão de resíduos sólidos no Brasil, incluindo o impacto ambiental das lixões e degradação que o lixo a céu aberto causa no meio ambiente. A obra também aborda os desafios relacionados ao gerenciamento de resíduos e a implementação de políticas públicas para mitigar os efeitos do descarte inadequado.

[1] LUCA, T. R., Tania Regina. Lixo: Cenário e Desafios (2010). Editora Senac, São Paulo.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)

Andressa Rocha; Geovana Spindola; Isadora Fraga; Millenny Rodrigues; Pedro Henrique
Faculdade Católica Dom Orione

Relato de Experiência da Atividade Discente Efetiva (ADE)

Palavras-chave: Advocacia; Ética; Defesa

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 1930, e regulamentada pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), o qual determina que a sua principal função é regular e fiscalizar o exercício da advocacia no Brasil, além de atuar na defesa do Estado Democrático de Direito. O órgão possui autonomia administrativa e financeira, sendo estruturado em seções, subseções e Conselhos, compostos por membros inscritos nos quadros da OAB, a fim de dar assistência aos advogados daquela determinada região, assim como trabalhar em parceria com os poderes executivos, legislativos e judiciários locais. Dessa forma, faz-se relevante o aprendizado sobre este órgão, tendo em vista que é uma entidade que não só regulamenta a profissão, mas também tem influência social e política, atuando na promoção da justiça.

OBJETIVOS

O objetivo do presente projeto foi conhecer a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da subseção de Araguaína, Tocantins, por meio de uma visita técnica, com o intuito de compreender as principais funções dos membros da subseção, conhecer a estrutura de tal órgão, bem como, entender a atuação da OAB na defesa dos direitos dos advogados.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa de campo, por meio da qual nos dirigimos até à subseção de Araguaína para fazer uma visita técnica. Posteriormente, realizamos a pesquisa bibliográfica em artigos e documentos que discutem a função, estrutura e importância da OAB na defesa da advocacia e dos direitos humanos, a fim de adquirir uma base sólida a respeito do órgão estudado, integrando o conhecimento teórico adquirido com a experiência prática vivenciada.

RESULTADOS

A pesquisa bibliográfica e a visita técnica à OAB proporcionaram uma compreensão abrangente sobre a importância da entidade, suas funções, estrutura e desafios, resultando em uma visão holística da OAB.

Os alunos puderam relacionar as teorias e os conceitos obtidos com a realidade prática da advocacia, assim como também tivemos a oportunidade de discutir dúvidas diretamente com os profissionais da OAB, enriquecendo a nossa experiência de aprendizado e promovendo uma troca de ideias sobre temas relevantes no Direito.



Visita à subseção da OAB de Araguaína- 20/09/2024

CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho, concluímos que a OAB é uma entidade fundamental para o exercício da advocacia no Brasil, uma vez que ela não apenas assegura a qualidade e a ética da classe, mas também age como uma instituição que fortalece a democracia e o desenvolvimento do país. Por meio de sua estrutura organizada em seccionais e subseções, a OAB consegue prestar suporte aos advogados em todas as regiões, zelando pela boa prática da profissão. Dessa forma, a ordem é uma entidade indispensável para o equilíbrio e a evolução do sistema jurídico brasileiro, desempenhando um papel ativo na defesa das liberdades civis, na promoção dos direitos humanos e no combate a abusos de poder.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Ricardo Pereira de. Funções da OAB. *Estratégia OAB*, 2024. Disponível em: <https://oab-estrategia.com/portal/funcoes-da-oab/>. Acesso em: 9 out. 2024.
- SOUZA, Gustavo Pinto. Finalidade e organização da OAB. *JusBrasil*, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/finalidade-e-organizacao-da-oab/1114293336>. Acesso em: 9 out. 2024.

Ministério Público

Amanda Lacerda; Aylla Santo; Julia de Sousa; Maria Eduarda Almeida e James Barbosa da Silva
FACDO

Relato de Experiência de Estágio ou Relato de Experiência de Projeto de Extensão

Palavras-chave: Ministério Público; Visitas Técnicas; Direito

INTRODUÇÃO

O Ministério Público é uma instituição essencial à justiça brasileira, desempenhando um papel crucial na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Atuando de forma independente, o Ministério Público tem a responsabilidade de fiscalizar o poder público e proteger os direitos dos cidadãos, garantindo a manutenção do Estado Democrático de Direito. Entre suas principais atribuições, destaca-se a defesa do regime democrático, assegurando a observância dos princípios democráticos e a proteção dos direitos fundamentais. Além disso, o Ministério Público protege os direitos sociais, individuais indisponíveis e os interesses difusos e coletivos, atuando em diversas áreas para garantir que esses direitos sejam respeitados.

Outra função importante do Ministério Público é a fiscalização do poder público, supervisionando a atuação dos órgãos públicos para assegurar a legalidade e a moralidade administrativa. Na área criminal, o Ministério Público realiza investigações e promove ações penais públicas, sendo um ator fundamental no combate ao crime e na promoção da justiça. Além disso, o Ministério Público atua na defesa do patrimônio público, protegendo os bens e recursos que pertencem à sociedade, e no controle externo da atividade policial, garantindo que as ações policiais sejam realizadas dentro dos limites da lei e respeitando os direitos dos cidadãos.

OBJETIVOS

O objetivo principal dessa atividade é proporcionar aos alunos de Direito uma experiência prática e imersiva no funcionamento do sistema judiciário. Além disso, essas visitas possibilitam a familiarização com a estrutura física e organizacional dos tribunais, contribuindo para o entendimento mais profundo das atividades jurídicas e da aplicação prática das leis, o que complementa o aprendizado teórico em sala de aula.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica.

- A pesquisa busca identificar o papel do Ministério Público na defesa dos direitos humanos, na promoção da justiça, da igualdade social.

Visita técnica na unidade do MP.

- Foram feitas visitas às instituições
- Serão feitas perguntas aos servidores sobre como funciona na prática as ações do Ministério Público.

RESULTADOS

Os objetivos das visitas técnicas realizadas pela turma em diversas instituições que exercem a justiça no Brasil, como o Ministério Público, foram plenamente alcançados. O intuito dessas atividades foi aprofundar o conhecimento dos alunos sobre o funcionamento dessas instituições e seu papel fundamental na sociedade, assim como apontar os desafios enfrentados no exercício da justiça. Ao longo das visitas, foi possível observar de perto o trabalho realizado por promotores, juizes e defensores públicos, proporcionando uma visão prática do que é discutido em sala de aula.

Essas visitas permitiram que os alunos associassem a teoria aprendida nos estudos ao cotidiano dessas instituições, fortalecendo a compreensão do sistema de justiça no Brasil. Além disso, discutimos como a atuação dessas entidades está diretamente relacionada à garantia de direitos e à promoção de uma sociedade mais justa. Por fim, associamos o conhecimento adquirido ao estudo de leis, artigos e códigos jurídicos relevantes, contextualizando a prática dentro do marco legal brasileiro e proporcionando uma compreensão mais ampla da justiça e suas aplicações no dia a dia.

CONCLUSÃO

Em síntese a visita ao ministério publicitário do município de Araguaína, nos agregou de forma positiva, pois o mesmo é o responsável pela a defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade.

Durante o encontro, foi possível entender melhor as funções dos promotores e procuradores, que atuam em áreas como combate à corrupção, proteção de grupos vulneráveis e fiscalização do cumprimento das leis.

A experiência destacou o papel e função do MP na garantia de uma sociedade mais justa e na promoção da cidadania, reforçando a relevância de sua atuação para o bem comum.



Fonte: Portal do Ministério Público de Araguaína-TO

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Sobre a Instituição*. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/contato-o-mprj/sobre-a-instituicao>. Acesso em: 16 out. 2024.
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O que é o MPMG*. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portalfornecedores/contato-o-mpmg/o-que-e-o-mpmg>. Acesso em: 16 out. 2024.

Tribunal de Justiça

Luiz Felipe Alves de Sousa; Marina Gomes Reis; Luis Henrique Conceição; Rafael Carvalho Costa
FACDO

Relato de Experiência de Projeto de Extensão

Palavras-chave: Jurisdição; Acesso à Justiça; Sistema Judiciário

INTRODUÇÃO

Os Tribunais de Justiça são órgãos do Poder Judiciário responsáveis por julgar recursos e resolver conflitos de grande relevância. Este trabalho aborda a estrutura e as funções desses tribunais no contexto do sistema judiciário brasileiro, bem como sua importância na manutenção da justiça e na promoção dos direitos fundamentais.

OBJETIVOS

- Analisar a estrutura dos Tribunais de Justiça e seu papel na hierarquia do Judiciário.
- Discutir a importância dos tribunais para o acesso à justiça e a proteção dos direitos.
- Explorar os desafios enfrentados por esses tribunais em termos de sobrecarga processual.



METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho inclui uma pesquisa bibliográfica em fontes renomadas sobre o papel e a função dos Tribunais de Justiça no Brasil, além de uma visita técnica a um tribunal, que será agendada futuramente para a coleta de informações complementares e observações diretas.

RESULTADOS

As pesquisas indicam que os Tribunais de Justiça desempenham um papel crucial na garantia do acesso à justiça, atuando como instâncias revisoras para assegurar que decisões sejam justas e conforme a lei. Estudos mostram também a necessidade de melhorias nos processos para lidar com o volume crescente de casos.



Fonte: Portal do TJTO

CONCLUSÃO

Os Tribunais de Justiça são essenciais para a consolidação do estado de direito e para a proteção dos direitos humanos. Para melhorar a eficiência, é crucial continuar investindo em tecnologia e treinamento de servidores, além de buscar formas de reduzir a carga processual.

REFERÊNCIAS

SILVA, J. Estrutura do Poder Judiciário, Editora ABC, 2020.

OLIVEIRA, M. Acesso à Justiça e os Tribunais, Editora XYZ, 2019.